

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



OS IMPASSES E DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: análise

a partir da ótica da cidadania no Brasil

Alyssa de Nazaré Souza Palmerim¹

Rebeca da Silva Lobo²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar a percepção dos cidadãos sobre a Seguridade Social no Brasil, propondo como problema: Qual a percepção dos cidadãos sobre a Seguridade Social?. Sendo esse debate desenvolvido por meio da seção primária os Impasses e Desafios para a Construção da Proteção Social no Brasil dividida em 4 seções: 2.1 O contexto da criação da proteção social. 2.2 A construção dos modelos de Welfare State: Liberal, Conservador- Corporativista e Social Democrata. 2.3 A construção do modelo de proteção social no Brasil. 2.4 A Seguridade Social sob a ótica da cidadania, dividida em duas seções: 2.4.1 a metodologia da pesquisa de opinião realizada no município de Ananindeua no Estado do Pará e 2.4.2 A percepção dos cidadãos sobre a Seguridade Social, apresentando os resultados da pesquisa. Por fim, a conclusão e as referências do estudo.

Palavras-chave: Seguridade Social. Cidadania. Estado de Bem-Estar Social.

ABSTRACT

This research aims to identify the perception of citizens about Social Security in Brazil, proposing as a problem: What is the perception of citizens about Social Security?. This debate being developed through the primary section the Impasses and Challenges for the Construction of Social Protection in Brazil divided into 4 sections: 2.1 The context of the creation of social protection. 2.2 The construction of Welfare State models: Liberal, Conservative-Corporativist and Social Democratic. 2.3 The construction of the social protection model in Brazil. 2.4 Social Security from the perspective of citizenship, divided into two sections: 2.4.1 the methodology of the opinion poll carried out in the municipality of Ananindeua in the State of Pará and 2.4.2 The perception of citizens about Social Security, presenting the results of the search. Finally, the conclusion and references of the study.

Keywords: Social Security. Citizenship. Welfare State.

¹ Universidade da Amazônia de Ananindeua (PA); Bacharel em Serviço Social; alyssapalmerim@yahoo.com.

² Universidade da Amazônia de Ananindeua (PA). Bacharel em Serviço Social; rebeca2608.rl@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social³. Em que a partir dos resultados e reflexões se analisou a proteção social a partir da ótica da cidadania no Brasil. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é identificar a percepção dos cidadãos sobre a Seguridade Social, propondo como problema: Qual a percepção dos cidadãos sobre a Seguridade Social?.

Desse modo, esse debate está dividido entre discussão teórica e empírica. Apresentando como metodologia uma pesquisa de opinião realizada no município de Ananindeua no Estado do Pará, que está localizado na região metropolitana de Belém, capital do estado, sendo o segundo município mais populoso do Pará e o quarto da região norte do Brasil, com uma população estimada em 540.410 habitantes e formado por 14 ilhas (IBGE,2021).

O município é originário das comunidades ribeirinhas, seu crescimento inicial se deu por meio da estrada de ferro da cidade de Bragança em meados do século XIX, mas foi oficialmente fundado no século XX em 03 de janeiro de 1944, com maior crescimento populacional a partir da construção da BR 010 em 1960 que faz ligação entre Belém e Brasília. O nome Ananindeua é de origem indígena Tupi e deve-se à grande quantidade de árvores chamadas *Anani*, que existiam nos arredores dos igarapés que cercavam a cidade (IBGE,2012).

A pesquisa adotou uma amostragem não representativa e de grupo não focal definido. Isto é, por isso a não necessidade de submissão junto ao comitê de ética institucional, conforme estabelecido no ofício nº 17 de 2022 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde⁴. Por fim, a conclusão do trabalho apresentando as percepções identificadas e as referências da pesquisa.

³ O trabalho de conclusão de curso era sobre: Os impactos da pandemia da Covid-19 na proteção social da população idosa no Brasil. Por meio dos resultados da pesquisa foi identificadas outras análises e reflexões, como a presente neste artigo sobre a Seguridade social sob a ótica da cidadania.

⁴ As pesquisas de opinião são: enquadradas com único propósito de descrever a valoração que o participante atribui ao objeto de consulta. Como exemplos, pode-se citar pesquisas eleitorais, de mercado e de monitoramento de um serviço, para fins de sua melhoria ou implementação. O entendimento da Comissão é de que as pesquisas de opinião pública, sem possibilidade de identificação do participante, não devem ser submetidas à apreciação pelo Sistema CEP/Conep.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 OS IMPASSES E DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

2.1 O contexto da criação da proteção social

Para compreender o contexto da criação da proteção social é necessário entender inicialmente sobre trabalho, pois é um ato primordial para cada ser humano, sendo a partir dele que se constrói a economia, dando base para criação da sociedade e das relações sociais. Segundo Antunes (2005) o trabalho é definido como uma prática laboral que na perspectiva marxiana é a ação que diferencia os seres humanos dos animais. Todavia, a partir do momento que a vida se resume somente ao trabalho, acaba se tornando um esforço desgastante. Logo, o trabalho é a atividade que liberta o homem, por isso é necessário negar o trabalho que explora o ser social.

Observa-se, então, que o trabalho é essencial na vida dos indivíduos, mas é importante o cuidado, já que é pautado no sistema produtivo do capital, o qual visa o lucro e consequentemente a exploração da classe trabalhadora. Sendo, essa exploração fruto da mais-valia, conforme aponta Lamamoto (2012) o capitalista precisa que o trabalhador venda sua força de trabalho para produzir as mercadorias, além do tempo necessário para o pagamento do seu salário, esse excedente de tempo gera o seu lucro, conhecido como a mais-valia.

A mais valia é o tempo excedente do trabalho do proletário, ou seja, ele trabalha o tempo que paga seu salário e ainda trabalha mais, excedendo o tempo, que não vai ser pago ao trabalhador, mas ao capitalista gerando seu lucro. Em vista disso, o proletariado também sofre com a alienação, que é quando o trabalhador não se enxerga no seu processo de trabalho e não tem a consciência que faz parte da produção da mercadoria (SILVA, 2005).

Sendo assim, os dois processos são formas de controle e exploração, pois transformam o trabalhador em um ser alienado que não possui consciência do seu processo de trabalho e que não está sendo pago pela totalidade do tempo trabalhado na produção das mercadorias, perpetuando assim a lógica de exploração e desigualdades para a classe trabalhadora no capitalismo.

PROMOÇÃO



Dessa forma, as desigualdades sociais são intrínsecas ao sistema capitalista, afetando principalmente a classe trabalhadora. E como produto da luta de classes, o Estado é provocado a intervir frente às expressões da Questão Social. Assim, como aponta Jaccoud (2009) que na industrialização do século XIX, a base social era o trabalho capitalista, os trabalhadores que não podiam exercer essa atividade por razões de doença, desemprego ou velhice, estavam sujeitos a pobreza e aos riscos sociais, em vista desse panorama, os trabalhadores passam a se mobilizar, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Por isso, tensionado pelas reivindicações, o Estado passa a intervir nas relações sociais e trabalhistas, principalmente por meio da criação do sistema de proteção social que será definido como: "um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais" (JACCOUD, 2009, p.58).

Desse modo, o contexto da industrialização constitui uma sociedade baseada na dinâmica do capital-trabalho, onde a classe burguesa em busca de almejar o lucro, explora a mão de obra do trabalhador que para sobreviver precisa vender sua força de trabalho pelo pagamento do salário. Conseqüentemente, nesse contexto os indivíduos que não podem trabalhar, seguindo o *ethos capitalista*⁵, por motivos de doença, velhice ou desemprego, ficam à margem da sociedade, vivendo na miséria e pobreza, sem ter como se sustentar.

Nesse cenário, os trabalhadores passam a lutar por melhores condições de trabalho e, tensionado pelas mobilizações, o Estado passa a intervir na sociedade, por meio da regulação estatal implementando políticas, que visam proteger minimamente os trabalhadores dos riscos sociais e das vulnerabilidades do capital, através da proteção social, que promove benefícios, os quais garantem um meio de sustento para os que não conseguem prover mais por meio do trabalho a sua sobrevivência e uma vida com nível padrão de bem-estar social.

Ações do Estado que se transformaram em sistema, implementado a partir do no século XX no pós-segunda guerra mundial, denominado de Welfare State. Com o

⁵ Ethos capitalista é a cultura ou a ética capitalista. Ou seja, o modo de ser e de viver no capitalismo.



intuito de responder o problema da crise do capital e os efeitos das guerras, tendo por base a política econômica Keynesiana, na qual o Estado passa a intervir na sociedade e a regular o mercado (BEHIRNG; BOSCHETTI, 2017).

Nessa perspectiva, o Estado assume o papel de mediador entre as relações da sociedade (trabalhadores) e do mercado (capital), para amenizar os efeitos das crises e das desigualdades do capitalismo. Criando como principal ferramenta, o sistema do Welfare State (Estado de Bem Estar Social), o qual se manifestou de diversas formas em vários países, assegurando a intervenção estatal em detrimento do capital. Três modelos predominaram: Liberal, Conservador-Corporativista e Social Democrata, os quais serão abordados na seção a seguir.

2.2 A construção dos modelos de Welfare State: Liberal, Conservador-Corporativista e Social Democrata.

O primeiro modelo é o Liberal, em que o Estado direciona a proteção social na política da Assistência Social, viabilizando benefícios com uma renda mínima aos indivíduos que atestem ser pobres, para que possam participar do mercado, sendo adotado principalmente por Estados Unidos, Canadá e Austrália. Nesse modelo, o Estado passa a regular as relações entre mercado e sociedade, se utilizando da política da Assistência Social para amenizar os problemas mais graves do capital como a miséria e a pobreza, através dos benefícios sociais. Com o intuito de assegurar condições financeiras, para que os indivíduos possam ter poder de compra e participar do consumo no mercado (ANDERSEN, 1991).

Nesse sentido, é um Estado que assegura a proteção social, como direito por meio da Assistência Social, mas é somente para amenizar os problemas com as consequências do capital e não para combatê-lo efetivamente. Já que, a real finalidade da política é fortalecer as relações com o mercado, transformando o direito em mercadoria.

O Segundo modelo é o Conservador -Corporativista, no qual o Estado focaliza a proteção social na política da Previdência Social, em que os benefícios são assegurados aos indivíduos que estão incorporados no mercado de trabalho, ou seja

a classe trabalhadora formal, sendo o acesso pela contribuição. Modelo adotado principalmente pela Alemanha, Itália, França e Áustria (ANDERSEN, 1991).

Nesse modelo, o Estado novamente media as relações entre Sociedade (classe trabalhadora) e mercado (capital), em que os benefícios e direitos estão direcionados ao seguro do trabalho, por meio da contribuição dos trabalhadores. Sendo assim, os direitos são mais uma vez “mercadorizados”, pois somente obtém acesso os trabalhadores formais, que estão ligados ao mercado.

O terceiro modelo é o Social-Democrata, em que a proteção social do Estado está pautada na cidadania plena, ou seja, os benefícios e serviços são universais e iguais para todos as classes sociais (ANDERSEN, 1991). Logo, não existe nesse modelo a mediação das relações sociais pelo Estado em detrimento de fortalecer o mercado, por isso o modelo não é direcionado a um público específico ou possui critérios para acesso como nos modelos Liberal e Conservador - Corporativista.

A proteção é baseada na cidadania plena, que se define: "na sua plenitude ancora-se na Seguridade Social, projeto de redefinição das relações sociais em direção a redistribuição de renda e, portanto, a equidade e justiça social para toda a sociedade" (FLEURY, 1989, p.45 APUD JACCOUD, 2009, p.68). A cidadania, portanto, amplia a cobertura do direito aos serviços e benefícios a todas as classes da sociedade, garantindo a equidade e a justiça social. Sendo este modelo aderido por vários países como o Brasil, que será abordado na próxima seção.

2.3 A construção do modelo de proteção social no Brasil

Inicialmente a proteção social no Brasil se constituiu por meio do Seguro Social, que através da ação do Estado por intermédio do mercado, assegurava benefícios para proteger a classe trabalhadora formal dos riscos sociais, como as doenças e o envelhecimento, por meio da Previdência Social. No entanto, excluía os grupos sociais não pertencentes a esses critérios, como os trabalhadores informais, rurais e o restante dos indivíduos que não estavam no mercado de trabalho (JACCOUD, 2009).

O Brasil inicialmente não adotou um modelo de Welfare State como nos países citados na seção anterior. O que havia era um modelo de Seguro Social, direcionado

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

à política da Previdência, na qual participavam apenas os trabalhadores formais que de maneira direta contribuíam para usufruir dos benefícios e serviços sociais de seguro ao trabalho. Porém, eram excluídos o restante dos trabalhadores não formais e da sociedade que não estava no mercado, conseqüentemente, não havia cobertura de atendimento a esses seguimentos sociais seja pelo Seguro Social ou da proteção estatal.

Em vista disso, a sociedade reivindicou pela garantia dos direitos para todos cidadãos e o Estado legitimou em 1988 a Constituição Federal, com a Seguridade Social, que se define:

Sistema de proteção social por meio do qual a sociedade proporcionaria a seus membros uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais. Sejam decorrentes de riscos sociais – enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, invalidez, velhice e morte --sejam decorrentes de situações socioeconômicas como desemprego, pobreza ou vulnerabilidade. as privações econômicas e sociais devem ser enfrentadas, pela via da política de seguridade social, pela oferta pública de serviços e benefícios que permitam em um conjunto de circunstâncias a manutenção de renda, assim como o acesso universal à atenção médica e socioassistencial (JACCOUD, 2009, p.62-63).

No plano legal, a partir de 1988 o Brasil estruturou a proteção social a partir do modelo do Estado de Bem Estar Social Democrata que se baseia na cidadania plena, ou seja, todo cidadão tem direito a proteção, esteja dentro ou fora do mercado de trabalho, o direito é assegurado pela cidadania. Sendo assim, a Seguridade Social no Brasil é composta por três políticas: Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

A Previdência social é direcionada aos cidadãos que possam sofrer riscos sociais que impeçam a realização do trabalho como o envelhecimento, em que é assegurado uma renda por meio de contribuição trabalhista para a sobrevivência durante a velhice, como a aposentadoria, além de ser composta também por outros benefícios sociais de seguro ao trabalho (JACCOUD,2009).

A Assistência Social, é direcionada aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, desemprego ou pobreza com a garantia de uma renda mínima para sobrevivência, á exemplo o programa do Bolsa família, de caráter não contributivo. E a Saúde, direcionada a todos os cidadãos de forma universal e integral

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



com atendimentos médicos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), de caráter não contributivo (JACCOUD, 2009).

Em contrapartida, apesar da proteção social ter sido estruturada a partir do modelo Social Democrata, cada política da Seguridade Social apresenta características de outros modelos de Estado de Bem Estar Social. Como a Assistência Social, que é direcionada somente aos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade, garantindo uma renda mínima por meio de programas sociais como o Bolsa família. Assim como no modelo Liberal citado na sessão anterior (ANDERSEN, 1991).

A Previdência Social, é somente direcionada a classe trabalhadora, que por meio de contribuição trabalhista direta, é assegurado proteção e benefícios contra os riscos sociais que impeçam a realização do trabalho, como por meio do benefício da aposentadoria. Assim como no modelo Conservador-Corporativista e no modelo de Seguro Social anterior a 1988 (ANDERSEN, 1991; JACCOUD, 2009). Sendo assim, a Saúde é a única política que segue os princípios do modelo Social democrata, pois assegura serviços médicos universais por meio do SUS para todos os cidadãos brasileiros (ANDERSEN, 1991).

Portanto, o modelo de proteção social no Brasil foi estruturado a partir do modelo pleno de cidadania, em que para acessar as políticas de proteção, os cidadãos não precisam estar ligados os mercado. Mas, é gestado com base em outros modelos de proteção social como o Liberal e o Corporativista- Conservador focalizados em públicos específicos e com a real finalidade de fortalecer as relações com o mercado e não de combater as desigualdade sociais.

Fatores apresentados que influenciam a sociedade, por isso na próxima seção será apresentado a pesquisa de opinião realizada para identificar a percepção sobre a Seguridade Social no Brasil.

2.4 A Seguridade Social a partir da ótica da Cidadania

PROMOÇÃO



APOIO





2.4.1 Metodologia

Este estudo realizou uma pesquisa de opinião em Ananindeua no Estado do Pará, o instrumental para ter acesso aos dados foi um questionário de caráter opinativo com 13 perguntas, que são⁶: 1-Você acha a palavra “velho” um termo ofensivo? ;2-O que você acha da expressão “Melhor idade”?; 3- Quais dessas palavras/expressões você associa a envelhecer?; 4-Você acha que pessoas idosas devem ou deveriam trabalhar?; 5-Você já viu/ouviu alguma campanha sobre envelhecimento saudável?; 5.1- Se “Sim”, onde?; 6-Você conhece o Estatuto do Idoso ou alguma legislação da pessoa idosa?;

7-Você conhece alguma ação/programa/política pública voltada à pessoa idosa?; 7.1- Se “Sim”, onde?;. 8-Você acha que a pandemia da COVID-19 afetou mais a pessoa idosa do que os outros grupos sociais?; 9-Você acha que as iniciativas no enfrentamento da COVID-19 foram suficientes para proteger a população idosa?; 10- Você assistiu/ouviu/conheceu alguma iniciativa voltada especificamente para a pessoa idosa no enfrentamento da COVID-19?; 10.1- Se “Sim”, onde?; 11- Você sabe o que é seguridade social?; 12- Quais dessas políticas você associa à seguridade social?; e 13- Você tem medo de envelhecer?.

Aplicado para uma população amostral não representativa sem grupo focal definido, no quantitativo de 100 questionários, especificamente em três bairros do município: Coqueiro, Águas Lindas e Guanabara. Os dados obtidos pelo questionário, serão apresentados por meio de gráficos e tabelas na seção a seguir.

2.4.2 A percepção Sobre a Seguridade Social

Nesta seção serão apresentados os resultados que mostram a percepção sobre a Seguridade Social. Iniciando com a primeira tabela abaixo:

⁶ Essas perguntas são da pesquisa de opinião realizada para o trabalho de conclusão de curso sobre: Os impactos da pandemia da Covid-19 na proteção social da população idosa no Brasil, o qual por meio de análises e reflexões, motivou a construção do presente artigo.

Tabela 1 – Percepção sobre envelhecer:

Percepção	%
Aposentadoria	39,4
Descanso	18,2
Curtir a vida	15,2
Doença	8,1
Família	8,1
Inutilidade	6,1
Morte	5,1
Total	100%

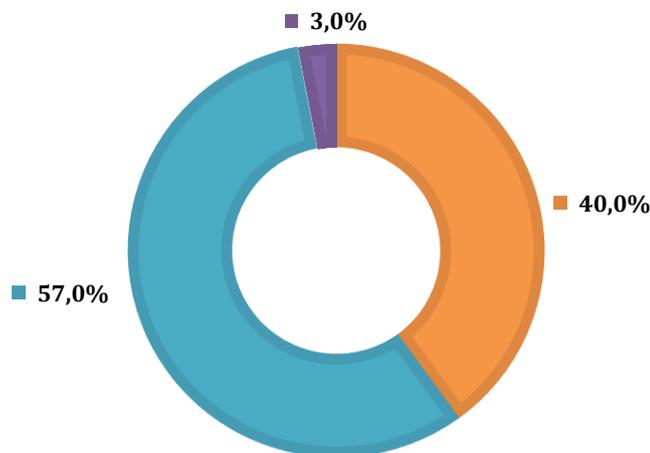
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração Própria.

A tabela 1 relaciona-se com a seguinte pergunta do questionário: Quais dessas expressões você associa ao envelhecer?. Tendo como respostas: aposentadoria (39,4%), curtir a vida (15,2%), doença (8,1%), família (8,1%), inutilidade (6,1%) e morte (5,1%). O maior resultado aponta aposentadoria como expressão mais associada ao envelhecer. Apesar, desse ser o direcionamento da pergunta, outra reflexão parte dessa amostra, como a percepção sobre a Seguridade Social no Brasil, se resumir somente na política da Previdência Social.

Sendo, que essa política pertence a um sistema de três políticas sociais (Assistência, Saúde e Previdência), que compõem a Seguridade Social no Brasil, as quais foram estruturadas a partir de um modelo de Estado de bem Estar Social Democrata, pautada na cidadania pela, que assegura os direitos para os cidadãos independentemente de estarem no mercado de trabalho (JACCOUD, 2009).

No entanto, a política da Previdência Social não é gestada seguindo os princípios desse modelo e sim do modelo Corporativista- Conservador, o qual é direcionado somente nessa política e destinada apenas aos trabalhadores formais, ligados ao mercado (ANDERSEN,1991). Sendo assim, será que os cidadãos se reconhecem nesse modelo pleno que estruturou a Seguridade? Ou no modelo Corporativista- Conservador?. A seguir mais uma reflexão.

■ Sim ■ Não ■ Não sei/Não lembro

**Gráfico 1 – Percepção sobre a Seguridade Social**

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração Própria.

O gráfico 1 corresponde a seguinte pergunta do questionário: Você sabe o que é a Seguridade Social?. Tendo como respostas: Não (57%), Sim (40%), Não sei/ Não lembro (3%). O maior resultado aponta que 57% não conhecem a Seguridade Social. Em contrapartida, a proteção social brasileira foi pensada a partir do Estado de Bem Estar Social Democracia, pautado na cidadania plena, onde os direitos são assegurados independente da ligação com o mercado de trabalho, ampliando a cobertura para todos os cidadãos como mencionado (ANDERSEN, 1991 ;JACCOUD, 2009).

No entanto, o resultado apresenta que os cidadãos não conhecem o modelo de proteção social vigente no Brasil. O que provoca novamente: Será que os cidadãos se reconhecem nesse modelo pleno que estruturou a Seguridade?. A seguir mais uma tabela sobre quais políticas compõem a Seguridade Social, que apresenta o resultado com base nos 40% que responderam sim no gráfico acima.

Tabela 2 – Percepção sobre as políticas de Seguridade Social:

Política Social	%
Saúde	33,8
Assistência Social	32,4
Previdência Social	20,3
Educação	9,5
Cultura	2,7
Habitação	1,4
Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração Própria.

A tabela 2 refere-se a seguinte pergunta do questionário: Quais as políticas compõem a Seguridade Social?. Tendo como respostas: Saúde (33,8%), Assistência Social (32,4%), Previdência Social (20,3%), Educação (9,5%), Cultura (2,7%) e Habitação (1,4%). Os três maiores resultados correspondem as três políticas que compõem o tripé da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência. porém, de forma individual e desarticulada, como se não fossem um sistema de proteção social, o qual foi pensado para ser um modelo pleno em conjunto com as três políticas da Seguridade (JACCOUD,2009).

Resultado que gera os seguintes questionamentos: Será que por terem respondido de forma desarticulada, é por que não o reconhecem com um sistema pleno em conjunto com três políticas? Reconhecendo, então que cada política apresenta características de outros modelos de Estado de Bem Estar Social? E Novamente provocando: Será que os cidadãos se reconhecem nesse modelo pleno que estruturou a Seguridade? Ou somente reconhecem a política da Saúde nesse modelo pleno, expresso no maior resultado?.

3 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo responder ao problema proposto por essa pesquisa: Qual a percepção dos cidadãos sobre a Seguridade Social?. Esse debate foi desenvolvido a partir da sessão primária Impasses e desafios para a construção da proteção social no Brasil, em que foi apresentado inicialmente o debate teórico do estudo com o contexto de surgimento da proteção social, em seguida os três modelos de Estado de bem estar que predominaram, sendo o principal o Social democrata, pautado na cidadania plena, o qual foi adotado para a construção do modelo de proteção social no Brasil com as três políticas de Saúde, Previdência e Assistência.

Em contrapartida, apesar da proteção social ter sido estruturada a partir desse modelo, cada política da Seguridade apresenta características de outros modelos de proteção social. Como a Assistência Social, que é direcionada somente aos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade, garantindo uma renda mínima por meio de programas sociais, como o Bolsa família, assim como no modelo Liberal (ANDERSEN,1991).

A Previdência Social, que é somente direcionada a classe trabalhadora formal que por meio de contribuição trabalhista, é assegurado proteção e benefícios contra riscos sociais que impeçam a realização do trabalho, como por meio do benefício da aposentadoria. Assim como no modelo Conservador-Corporativista e no modelo de Seguro Social anterior a 1988 (ANDERSEN,1991; JACCOUD,2009) .Sendo assim, a Saúde é a única política que segue os princípios do modelo Social democrata, pois assegura serviços médicos universais por meio do SUS para todos os cidadãos brasileiros (ANDERSEN,1991).

Em vista disso, para analisar o fenômeno social apresentado foi realizada uma pesquisa de opinião, a parte empírica do estudo, para identificar a percepção sobre a Seguridade Social no Brasil, a qual identificou que apesar de ter sido construída e estruturada a partir do modelo pleno: os cidadãos reconhecem o modelo Corporativista- Conservador, composto somente pela política da Previdência Social, como foi apresentado no resultado da tabela 1 aposentadoria (39,4%); os cidadãos não conhecem o que é a Seguridade Social, como é apontado no resultado do gráfico

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1, em que 57% responderam não conhecer e os 40% que responderam conhecer, apresenta como maiores resultados na tabela 2 as três políticas da Seguridade: Saúde (33,8%), Assistência Social (32,4%) e Previdência Social (20,3%), porém de forma desarticulada e individual como se não fossem um sistema.

Sendo assim, infere-se que reconhecem dessa forma, porque cada política da Seguridade apresenta características de outros modelos, como é apresentado pelos resultados. Com destaque para política de saúde, com o maior resultado do gráfico 2, apontando de acordo com a percepção que de fato segue os princípios do modelo pleno, com a cobertura de atendimento universal, reconhecida pelo resultado.

Portanto, a pesquisa aponta que a Seguridade Social foi pensada para ser um modelo pleno, porém é gestada pelo Estado com base em outros modelos de proteção social como o Liberal e o Conservador- Corporativista. A teoria fundamenta e os dados comprovam pela percepção dos cidadãos, pois não conhecem e nem se reconhecem no modelo pleno. O que provoca o seguinte questionamento: Será que é possível criar um modelo de proteção social no Brasil em que os cidadãos conheçam e se reconheçam, num contexto de reificação do capital?. Logo, sendo uma reflexão de suma importância para o tema do evento da Jornada de Políticas Públicas (JOINPP) 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2017.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA. **Ofício Circular nº 17/2022/CONEP/SECNS/MS**. Brasília (DF): CONEP, 2002.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. [S.I], p. 85-116, 1991.

IAMAMOTO, Marilda. **Trabalho e indivíduo social**: Um estudo sobre a condição da agroindústria canavieira paulista. 5°. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ananindeua História**. 2012 .Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ananindeua/historico>. Acesso em: 23 maio. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ananindeua Panorama**. 2021 .Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ananindeua/panorama> .Acesso em: 23 maio. 2023.

JACCOUD, Luciana. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

SILVA, João Carlos. **Educação e alienação em Marx**: contribuições teórico-metodológicas para pensar a história da educação. Revista HISTEDBR On-line Campinas (SP), n.19, p.101-110, set. 2005.

PROMOÇÃO



APOIO

